

[COMUNICAÇÃO]

Prática Musical na Educação Musical Especial: a banda de música Baião de 2

Flávio Hodara Gaio
Universidade de Brasília
flavioqaio@yahoo.com

Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo
Universidade de Brasília
criscarvalhocazevedo@gmail.com

Resumo: Esta comunicação apresenta recorte de pesquisa de mestrado profissional que visa refletir sobre e sistematizar o processo de ensino e aprendizagem musical desenvolvido na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE-DF). O objeto de estudo tem como foco as experiências docentes vividas nas aulas de música pelo próprio pesquisador. Nesse sentido, a pesquisa tem uma dimensão pedagógica e se volta para uma reflexão sobre a prática docente em música. A pesquisa adota diário de campo, rodas de conversa e análise de vídeos e performances dos estudantes. Neste texto, portanto, é apresentado e discutido o processo de formação das bandas musicais nas turmas da APAE a partir da experiência com a banda Baião de 2. As práticas musicais são resultado do trabalho pedagógico musical desenvolvido com alunos com deficiência intelectual (DI) e múltipla (DMU), ou seja, são propostas e estratégias de ensino e aprendizagem instrumental visando a performance. Os resultados demonstram a importância do fazer musical na banda para os estudantes, sua profissionalização e auto realização.

Palavras-chave: educação musical especial. deficiência intelectual e múltipla. banda de música.

Introdução

A Educação Musical Especial (EME) é uma subárea da Educação Musical que envolve práticas musicais para pessoas com deficiências e altas habilidades ou superdotação. Segundo Fantini, Joly e Rose (2016) os estudos acerca desse assunto vêm crescendo, porém, a área merece aprofundamento quanto às especificidades de cada deficiência. Nesta comunicação, é apresentado recorte de pesquisa de mestrado profissional com foco em pessoas com deficiência intelectual e múltipla do Ensino Especial, especificamente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O Ensino Especial é uma modalidade da Educação Básica

que contempla a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, mas que garante formação ao longo da vida para o estudante deficiente (BRASIL, 2018).

A Educação Especial é normatizada pelo Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/1996, que regulamenta o entendimento legal sobre o Ensino Especial e seu atendimento no sistema educacional brasileiro. Segundo o texto legal:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta. (BRASIL, 2018, p. 39)

Portanto, o compromisso com a Educação Especial envolve a educação escolar durante toda vida do estudante, público acolhido pela APAE. Nesse contexto, o ensino das Artes é também componente curricular obrigatório conforme normatização da LDBEN 9394/96, atualizada pela Lei nº 13278/2016 (BRASIL, 2016) que defende que as quatro linguagens artísticas - música, artes visuais, teatro e dança - deverão estar presentes em sala de aula. Por conseguinte, pensar uma Educação Musical que atenda o ensino especial é também tarefa de professores de música e imprescindível para a formação dos alunos deficientes ou superdotados: “o debate sobre o tema deve estar cada vez mais presente dentro do meio acadêmico assim como a conscientização da importância de ampliar o número de pesquisas sobre o tema, devido a demanda atual da sociedade” (CIL, 2017, p.59).

No Distrito Federal (DF), o trabalho docente com a Educação Especial é realizado em Centros de Ensino Especial da própria Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como também em instituições escolares conveniadas como APAE, Pestalozzi¹, AMPARE² e CEAL-LP³. Atualmente, no DF, existem quatro unidades da APAE, sendo que cada

¹ Pestalozzi: sociedade que atende gratuitamente, em período integral e com assistência especializada pessoas com deficiência e suas famílias.

² AMPARE: Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais é uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é o atendimento diário e contínuo aos deficientes intelectuais e suas famílias.

³ CEAL -LP: Centro Educacional de Audição e Linguagem Luduvico Pavoni, instituição beneficente.

uma possui características distintas de atendimento, ou seja, apresentam um atendimento específico que se destaca e dá identidade à instituição. Por exemplo, a APAE da Ceilândia possui foco nas oficinas de panificação, a de Sobradinho nas hortas e na reutilização de seus materiais, a do Guará foca no atendimento para idosos deficientes que não possuem base familiar sólida. A sede da APAE na Asa Norte, local em que são ministradas as aulas de música para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, se destaca com o trabalho de bandas musicais. Esse trabalho vem sendo realizado desde 2013 e adota o objetivo geral da instituição: capacitação e entrada dos alunos identificados como portadores de deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho. Assim, além das oficinas de música são oferecidas diversas modalidades de oficinas profissionalizantes com o intuito de observar e mensurar as aptidões individuais dos aprendizes (nome utilizado para identificar os alunos da APAE).

É importante ressaltar que, na educação especial, existem diferentes tipos de deficiências, sendo que cada instituição ou centro de ensino especial possui suas próprias especificidades de atendimento. Portanto, não é possível fazer uma generalização do atendimento realizado por cada instituição que trabalha com pessoas com deficiências, mas buscar entender como cada uma funciona e como atende seu público. As pessoas com deficiência intelectual (DI) e múltipla (DMU) atendidas na APAE-DF podem apresentar diagnósticos comportamentais/cognitivos variados e identificados como esquizofrenia, transtorno esquizoafetivo, retardo mental leve, retardo mental moderado, retardo mental grave, retardo mental profundo, outro retardo mental, retardo mental não especificado, autismo infantil, autismo atípico, hidrocefalia, microcefalia, hidrocefalia congênita, síndrome de Down ou síndrome de cromossomo X frágil. Portanto, é comum que uma turma de oficina da APAE seja formada por aprendizes com uma diversidade de deficiências. Quando se trabalha com esse tipo de alunos, é imprescindível conhecê-los bem (SCHAMBECK, 2017).

Essa diversidade gera uma situação pedagógica que demanda habilidades interativas e emocionais do professor, bem como paciência, persistência e criatividade. Contudo, nessa modalidade educacional uma das grandes barreiras tem sido a falta de materiais didáticos adequados e, também, a falta de capacitação dos professores de música, visto que, uma pequena minoria, sem experiência prévia, vai trabalhar com esse público. Na maioria das

vezes, o professor tem que aprender na prática como lidar com esses aprendizes e, assim, desenvolver um conhecimento pedagógico-musical pessoal e situacional. Esse foi o caso deste pesquisador.

De acordo com os argumentos apresentados anteriormente: obrigatoriedade do ensino de arte para os alunos com deficiência; o atendimento especial na APAE, inclusive de música; a necessidade de formação de professores de música capacitados para atender esse público e a necessidade de socializar práticas, materiais didáticos e experiências justificam a necessidade de pesquisas sobre práticas musicais em Educação Musical Especial, objeto de estudo da pesquisa relatada nesta comunicação, bem como, a importância da socialização de seus resultados. Assim, será possível formalizar e sistematizar as atuações docentes nessa área e ampliar o campo de estudo e de práticas da Educação Musical Escolar.

Portanto, esta comunicação objetiva apresentar a pesquisa em desenvolvimento com foco no trabalho musical da banda Baião de 2. Para isso, o texto apresenta o relato do trabalho musical na banda e uma reflexão inicial sobre os efeitos desse trabalho nos aprendizes.

A experiência docente na APAE/DF: um relato pessoal

O início docente nessa instituição de ensino especial foi bem difícil, uma vez que o meu conhecimento na área de deficiências era nulo, e não sabia quais as metodologias e práticas pedagógico-musicais deveria usar. A solução foi pesquisar metodologias que me auxiliassem no meu processo de ensino-aprendizagem musical. Infelizmente, foi possível perceber um panorama não muito favorável a esse tipo de modalidade educacional. Nicolodelli (2018) afirma que, devido à falta de materiais a formação dos profissionais vêm de suas próprias atuações docentes.

Portanto, na prática, reconheci que a melhor maneira de trabalhar com os alunos/aprendizes da APAE deveria seguir os seguintes princípios: 1) partir do fazer musical, 2) desconsiderar suas deficiências; 3) concentrar nas respostas musicais que eles eram capazes de oferecer de acordo com suas potencialidades musicais.

Inicialmente, usei de toda minha experiência profissional musical docente para obter respostas musicais eficientes dos meus alunos, porém, na maioria das vezes, elas não

despertavam o interesse dos envolvidos nas práticas pedagógico-musicais. Por isso, foi necessário entender melhor a finalidade do ensino de música no contexto da APAE-DF. O meu trabalho se desenvolvia no Centro Dia, que possui características diferentes dos demais, pois não visa o mercado de trabalho e sim qualidade de vida. A razão dessa diferenciação está na idade avançada dos aprendizes, uma vez que não há mais predisposição dos mesmos para o trabalho. As atividades destinadas para proporcionar uma melhor qualidade de vida são: pintura, artesanato, teatro, educação física e música.

Por conseguinte, a melhor forma de musicaliza-los envolvia suas “potencialidades”, ou seja, explorar e entender de que forma suas respostas musicais eram obtidas e dadas. Por isso, o objetivo geral das aulas mudou de foco e se voltou para as potencialidades musicais dos alunos. Segundo Louro (2006) o professor de música na educação especial deve desenvolver habilidades como:

Bom senso em compreender o problema, em saber das limitações e potencialidades de cada aluno e traçar um modo de alcançar seus objetivos da maneira mais eficiente possível. Isto requer paciência, dedicação e amor aos seus alunos. (LOURO, 2006, p.38).

Para isso, foi importante perceber quais atividades musicais eram mais adequadas em sala de aula. Sem dúvida, o fazer musical coletivo por meio de um repertório que os motivasse foi fundamental para o sucesso das atividades musicais realizadas.

A grande questão era o desenvolvimento dos alunos, para isso, algumas reflexões vieram à tona: quais práticas musicais funcionam? Por que funcionam? Quais as especificidades de cada grupo? O que eles trazem como contribuição? Qual a resposta musical individual e em grupo? Qual o entendimento musical deles? Todos esses questionamentos têm orientado o trabalho atual de sistematização pedagógico musical. Segundo Louro (2013), o atendimento pedagógico de pessoas com deficiência, na área da educação musical, deve buscar uma visão ampla do fazer musical, e não apenas práticas de instrumentos, saber promover adaptações pedagógicas para atender os alunos e ter sempre em mente para quem, e para quem servem as atividades musicais.

No meu processo docente, o método musical *O Passo* de Lucas Ciavatta (2003) contribuiu para o processo pedagógico-musical, uma vez que, por meio dele foi possível

analisar quais os aprendizes demonstravam respostas rítmicas mais precisas no pulso de acordo com o modelo rítmico do professor. Partindo deste ponto, os aprendizes com melhor resposta rítmica conseguiam tocar instrumentos de percussão que marcassem os graves ou agudos, no caso a bateria e a zabumba. Por meio desses instrumentos o ensino de ritmos como baião, xote, rock, valsa e blues podem ser trabalhados, visto que a marcação estava fluindo, e os que não conseguiam marcar a pulsação poderiam imitar os colegas que tocavam acertadamente dentro do pulso.

Por meio dessa iniciação musical, foi possível montar bandas com os alunos, ou seja, cada horário e turma deveria ter um repertório próprio e característico dentro das potencialidades de cada um. Por exemplo, a turma que fosse capaz de executar com precisão o ritmo de baião e xote ficou responsável por tocar forró, e por conseguinte esta seria a turma que iria desenvolver a performance em festas juninas e julinas da APAE. Cada turma foi estimulada a escolher um nome, pois assim, seria possível dar uma identidade ao grupo e os alunos se sentiriam parte fundamental do “fazer musical”. Ser o ator principal das aulas de música faz com que os alunos aprendam e se motivem mais. Portanto, trazer práticas de banda, que trabalhassem um fazer musical coletivo seria capaz de despertar um sentimento de expressão própria para cada envolvido nesse processo, uma vez que eles seriam capazes de desenvolver suas potencialidades e de criarem suas identidades individuais e coletivas.

A educação musical é de extrema relevância para pessoas com deficiência. Diversos benefícios são possíveis de serem alcançados por meio de atividades musicais. Joly (2003) afirma que por meio da música, eles estimulam a interação e a socialização com os demais colegas em sala de aula, desenvolvem o tônus muscular e a coordenação psicomotora, desenvolvem a fala e melhoram a capacidade cognitiva.

Graças a esse trabalho, a autoestima, a expressão e a comunicação de cada aluno envolvido foram fomentadas, e todos os participantes se sentem presentes e donos do trabalho musical que é realizado. A partir deste trabalho têm sido realizadas inúmeras apresentações musicais dentro e fora da APAE. A proposta de bandas musicais na APAE-DF, especialmente o trabalho desenvolvido na banda Baião de 2 se parece muito com o de bandas profissionais, visto que em cada ensaio é necessário ter sempre algo novo, pode ser

repertório, arranjos, interpretações, apresentações, ou novas técnicas musicais referentes à prática instrumental.

A Banda Baião de 2

Dentre as turmas atendidas, a banda Baião de 2 vêm ganhando destaque dentro e fora da APAE (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dML9W3-FgLw&t=1s> , acesso em: 05/09/2019). O seu sucesso se deve ao número de apresentações feitas em diversas escolas da SEE-DF, em Saraus, eventos particulares, gravação de CD, reportagens em jornais e TV, participação em DVD. Por meio do trabalho “além-muros”, que visa a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e múltipla na sociedade, a bandeira da diversidade é mostrada de uma forma plural. Com certeza, o sucesso da banda serve de estímulo para os demais colegas e cria uma cultura musical dentro do Centro Dia, uma vez que a maioria dos aprendizes tem interesse em participar das aulas de música.

A banda foi montada em 2012 com os aprendizes que se identificavam com a aula de música do Centro-Dia pela professora Kaká Taciano. Ao entrar na APAE, eu fui inserido na banda para trabalhar a execução técnico-musical dos alunos nos instrumentos, visto que a maioria tocava intuitivamente. Aos poucos, os integrantes da Banda Baião de 2 foram se aprimorando nos instrumentos e, sobretudo, ampliando seu conhecimento musical e domínio de palco, uma vez que suas apresentações fora da APAE são constantes. O trabalho conta hoje com: dois professores de Arte – eu, Flávio Gaio, com licenciatura em Música e a cantora, Kaká Taciano formada em Licenciatura em Artes Cênicas; dois músicos voluntários (guitarra e baixo) e nove alunos DI e DMU. Os instrumentos que compõem a banda são: bateria, baixo, guitarra, uma voz principal, dois *backvocals*, uma zabumba, um triângulo, um *cowbell*, uma meia-lua, um par de tumbadoras e um dançarino.

Como o próprio nome diz, os ritmos do forró como o xote, baião e arrasta-pé são os mais tocados. Porém, o grupo não fica restrito a esse gênero musical, pois possui um repertório bem mais eclético em que ritmos de MPB e Rock fazem parte das apresentações musicais. A tendência é cada vez mais ampliar os estilos e gêneros musicais. Atualmente, a estrutura de aulas e ensaios cresceu muito na APAE, a estrutura hoje conta com uma sala com

acústica semiprofissional e com aparelhagem adequada de estúdio. A infraestrutura cresceu devido ao sucesso do projeto fora e dentro da APAE.

A aula/ensaio é organizada de acordo com a agenda musical da banda. O fator apresentação é a maior motivação dos alunos, visto que eles adoram se apresentar, e sentem que esse é um dos momentos mais importantes de suas vidas. Nas apresentações, eles sentem que o público não os vê como sujeitos com deficiência, mas como verdadeiros artistas.

O processo de aprendizagem de uma música ocorre a partir de aquisição do entendimento do estilo ou gênero musical a ser aprendido. Por exemplo, se for um xaxado, as células rítmicas dele serão passadas primeiramente para a baterista, e em sequência para a zabumbeira. Assim a base percussiva fica pronta para a inclusão do triângulo, do agogô, da meia-lua, da conga e dos efeitos. Com isso, é possível a execução da música. Após o entendimento da forma, são criados, discutidos e ensaiados os possíveis arranjos da música como: breques, viradas, dinâmicas, introdução e conclusão. A estrutura básica desse processo se repete em todo o trabalho de bandas, observando-se as especificidades de cada grupo: limitações físicas e cognitivas, potencialidades musicais e envolvimento emocional e afetivo com o trabalho.

Considerações Finais

Os resultados apresentados pela Banda Baião de 2 comprovam um possível caminho de práticas pedagógico-musicais, significativas, que de fato consigam e possam motivar e estimular os participantes. É possível observar esse sucesso por meio das inúmeras apresentações que o grupo realiza. Dentre elas, é importante destacar a participação do grupo no DVD de Dona Gracinha e do seu lançamento no Clube do Choro, uma das melhores casas de música ao vivo de Brasília (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igHISelm3S8>, acesso em 05 de setembro de 2019). Além disso, o grupo ganhou dois projetos do Fundo de Apoio a Cultura do DF (FAC - DF) em 2018. Assim, poderá gravar um CD e realizar turnê no DF com cachês dignos para todos os participantes.

Acreditar na pessoa com deficiência é fator preponderante para a educação musical especial, pois muito além de acreditar no ensino de música como algo relevante, é fundamental crer que todos são capazes de aprender, e assim conseguirão tocar e cantar. Não importa a deficiência da pessoa, mas sim enxergar a eficiência dela e estimular seu potencial para aprendizagem. É ainda importante ressaltar que por meio do trabalho prático-musical, a compreensão musical dos integrantes da Banda Baião de 2 tem se desenvolvido: os aprendizes demonstram compreensão e domínio de conceitos e elementos musicais.

Para finalizar, considero importante frisar que não importa o método a ser usado, mas ter algum método. A minha experiência docente tem demonstrado que a prática musical coletiva é uma forma eficiente e para se obter realização pessoal e resultado musical, uma vez que o fazer musical torna-se prática e meio de aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2ªEd., até junho de 2018. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_e_d.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2019.

_____. Lei nº13278 de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília: *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 de maio de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html> Acesso em: 05 de setembro de 2019.

CIAVATTA, Lucas. *O passo: a pulsação e o ensino-aprendizagem de ritmos*. Rio de Janeiro: L. Ciavatta, 2003.

CIL, Luciano Ribeiro. *Interface Educação Musical e Educação Especial: estudo bibliométrico na produção científica de dissertações e teses*. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias) - Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2017.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tânia Maria Santana de Rose. Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 36, p. 36 – 54, 2016.

JOLY, Ilza Zenker Leme. Música e Educação Especial: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos. *Educação* (UFMS), Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 79-86, 2003.

LOURO, Viviane. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos: Estúdio II, 2006.

LOURO, Viviane. Educação Musical e deficiência: quebrando os preconceitos. Disponível em: https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educacao_musical_e_deficiencia_quebrando_os_preconceitos.pdf. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

NICOLODELLI, Vinícius. O educador musical na educação especial: a trajetória de três professores. *Revista NUPEART*, Florianópolis, v. 19, n. 19, p. 120-139, 2018.

SCHAMBECK, Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 24, n. 36, 2016.